

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO – ANTÔNIO HERMAN BENJAMIN.....	7
INTRODUÇÃO	17

PARTE I

QUID NOVI? – REDEFINIÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO E PARTICIPAÇÃO COMO NOVOS ELEMENTOS DA AÇÃO ADMINISTRATIVA

1. O ESTADO EFICIENTE E SEUS MITOS: DESAFIOS DO DIREITO ADMINISTRATIVO BRASILEIRO NO CONTEXTO DA ADMINISTRAÇÃO GERENCIAL.....	23
1. Introdução.....	23
2. A reforma do Estado e o papel do direito administrativo: quais as fronteiras ainda estão por ultrapassar?	29
2.1 O direito administrativo e o Estado em rede	31
2.2 Menor intervenção significa a desresponsabilização do Estado-Administração?	34
3. Conteúdo jurídico do princípio da eficiência e os objetivos da administração pública gerencial	39
3.1 Conteúdo jurídico do princípio da eficiência	43
3.2 O princípio da eficiência e o novo perfil da Administração Pública	45
4. Os novos (velhos?) desafios do Estado brasileiro em face da Administração gerencial: interesse público, governança e participação..	48
4.1 Leituras contemporâneas do conceito de interesse público.....	56
4.2 A governança e o direito administrativo	59
5. Conclusões do capítulo.....	63
2. UM NOVO PERFIL DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: BASES SISTEMÁTICAS DO DIREITO ADMINISTRATIVO REGULATÓRIO	65
1. Introdução.....	65
2. Fundamentos do direito administrativo regulatório.....	72



2.1	Em busca de uma definição de regulação administrativa	76
2.1.1	Regulação administrativa e funções estatais	79
2.1.2	Regulação administrativa e interesse público	85
2.1.3	Regulação administrativa e princípio democrático	87
2.2	Princípios da administração pública e o direito regulatório	92
2.2.1	Princípio da legalidade	92
2.2.2	Princípio da impessoalidade	94
2.2.3	Princípio da moralidade	95
2.2.4	Princípio da publicidade	97
2.2.5	Princípio da eficiência	98
3.	Estruturas do direito administrativo regulatório	99
3.1	Regulação da atividade econômica: uma “nova” função do direito administrativo?	101
3.1.1	Regulação administrativa e a ordem econômica constitucional	102
3.1.2	Regulação administrativa e discricionariedade técnica .	107
3.2	Órgãos reguladores na estrutura da administração pública	109
3.2.1	Autonomia e gestão dos órgãos reguladores	111
3.2.2	Deficiências de atuação dos órgãos reguladores e desafios atuais da regulação administrativa	114
4.	Conclusões do capítulo	119
3.	MODELOS DE ABERTURA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA EM DIREÇÃO AO PARTICULAR: O CASO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS	122
1.	Introdução	122
2.	O regime jurídico da parceria público-privada no direito brasileiro	128
2.1	A Parceria Público-Privada e a Lei de Concessões	131
2.2	A Parceria Público-Privada e a Lei de Licitações e Contratos Administrativos	136
3.	Procedimento licitatório e contratação da parceria público-privada no direito brasileiro	138
3.1	Um procedimento licitatório especial?	139
3.2	Natureza e características do contrato administrativo da parceria público-privada	144
4.	Conclusões do capítulo	150

4. MODELOS DE COOPERAÇÃO ENTRE ENTES ESTATAIS: CONVÊNIOS E CONSÓRCIOS ADMINISTRATIVOS COMO INSTRUMENTOS DO FEDERALISMO BRASILEIRO	152
1. Introdução.....	152
2. Convênios e consórcios públicos como instrumentos de gestão de serviços públicos.....	156
2.1 Posição dos convênios e consórcios no direito administrativo..	158
2.2 Natureza do compromisso entre os partícipes	163
3. Os consórcios públicos como instrumentos do federalismo cooperativo.....	167
3.1 O federalismo cooperativo e colaboração entre União, Estados, Distrito Federal e Municípios.....	168
3.2 Estrutura legal dos consórcios públicos e o contrato de programa	172
4. Conclusões do capítulo.....	176
5. PODER DE POLÍCIA ADMINISTRATIVO E PROPRIEDADE PRIVADA	178
1. Introdução.....	178
2. Poder de polícia administrativo e sua evolução.....	182
2.1 Concepção clássica de polícia administrativa	184
2.2 Discricionariedade e exercício do poder de polícia	192
3. Intervenção do Estado na esfera privada e polícia administrativa..	194
3.1 Compreensão jurídica da propriedade.....	194
3.2 A polícia administrativa e a intervenção na propriedade privada	204
4. Conclusões do capítulo.....	208

PARTE II

SOL LUCET OMNIBUS: DENSIDADE JURÍDICA E EFICÁCIA DOS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS DO DIREITO ADMINISTRATIVO

1. LEGALIDADE ADMINISTRATIVA: DE LIMITE FORMAL A CONCEITO SUBSTANCIAL	213
1. Introdução.....	213
2. Novas leituras sobre o princípio da legalidade	215



2.1	A reserva de lei.....	219
2.2	Legalidade administrativa, poder regulamentar e atividade regulatória.....	222
3.	Funções do regulamento no direito brasileiro.....	225
3.1	Decreto regulamentar e decreto autônomo.....	229
3.2	Expansão da competência regulamentar e seu controle.....	238
4.	Conclusões do capítulo.....	241
2.	PROTEÇÃO DA CONFIANÇA: RECUPERANDO AS PAUTAS DA RELAÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO.....	243
1.	Introdução.....	243
2.	A proteção da confiança no direito administrativo brasileiro.....	246
2.1	Proteção da confiança e segurança jurídica.....	248
2.2	Proteção da confiança e legalidade.....	254
2.3	Proteção da confiança e boa-fé.....	255
3.	Situações jurídicas subjetivas dos administrados e proteção da confiança.....	260
3.1	Proteção da confiança e invalidade de ato administrativo.....	261
3.2	Proteção da confiança e revogação do ato administrativo.....	266
3.3	Proteção da confiança e atuação negocial da administração....	271
4.	Conclusões do capítulo.....	276
3.	PRINCÍPIO DA MORALIDADE: PRESSUPOSTO BÁSICO DA AÇÃO ADMINISTRATIVA.....	278
1.	Introdução.....	278
2.	Princípio constitucional da moralidade administrativa.....	282
2.1	Moralidade e probidade.....	286
2.2	Moralidade, impessoalidade e imparcialidade.....	289
3.	Alguns exemplos da eficácia jurídica do princípio da moralidade administrativa.....	292
3.1	Moralidade administrativa e proibição do nepotismo.....	294
3.2	Moralidade administrativa e publicidade governamental.....	300
4.	Conclusões do capítulo.....	305
4.	PUBLICIDADE ADMINISTRATIVA: INFORMAÇÃO E PARTICIPAÇÃO SOCIAL NA AÇÃO ADMINISTRATIVA.....	307
1.	Introdução.....	307

2. Conteúdo jurídico do princípio da publicidade no direito administrativo brasileiro	309
2.1 Publicidade e transparência	312
2.2 Publicidade e direito à informação	316
3. Aplicações do princípio da publicidade no direito administrativo.	318
3.1 Princípio da publicidade e propaganda governamental.....	322
3.2 Princípio da publicidade e sigilo de dados na Administração Pública	325
4. Conclusões do capítulo.....	329
5. O PRINCÍPIO DA IMPESSOALIDADE COMO PROJEÇÃO DA IGUALDADE DE ACESSO À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.....	331
1. Introdução.....	331
2. Impessoalidade administrativa como meio de realização da finalidade pública.....	335
2.1 Impessoalidade e imparcialidade	337
2.2 Impessoalidade e eficiência.....	341
3. Eficácia do princípio da impessoalidade administrativa.....	344
3.1 Igualdade de acesso ao Estado	347
3.2 Igualdade na distribuição de benefícios e encargos	354
3.3 Impessoalidade como exigência de procedimento.....	360
4. Conclusões do capítulo.....	361
 <i>ULTIMA RATIO: QUAIS OS CAMINHOS DO DIREITO ADMINISTRATIVO NO ESTADO DE DIREITO CONTEMPORÂNEO?</i>	 363
 BIBLIOGRAFIA	 367

